

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Povoamento no Continente de São Pedro: vivências indígenas no aldeamento de São Nicolau do  
Rio Pardo e em Nossa Senhora dos Anjos (1757-1801)

Bruna Silveira Marques

Orientador: Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Povoamento no Continente de São Pedro: vivências indígenas no aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo e em Nossa Senhora dos Anjos (1757-1801)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, sob orientação de Eduardo Santos Neumann.

Bruna Silveira Marques

Orientador: Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2013

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao carinho, atenção, compreensão e dedicação dos meus pais que sempre estiveram junto comigo durante o curso, me apoiando e incentivando. À minha família, de sangue ou não, que se fizeram presente entre 2009 e 2013, e me inspiraram de alguma forma para a conclusão dos estudos.

Aos momentos de reflexão e sociabilidade com pessoas de outros cursos no Campus do Vale, como o CV, o CHIST e demais centros acadêmicos, o vale dos gnomos e a vila. Ao RU e a sua comida que, apesar dos problemas com o RU do Vale, me alimentaram muitos dias.

Um agradecimento especial ao professor Eduardo Neumann, pela oportunidade de ser bolsista de iniciação científica no projeto Os guaranis e a fronteira meridional: as reduções orientais do Uruguai depois dos jesuítas (1756-1801) e por me orientar durante a realização do TCC, o que foi de grande importância para minha formação.

Agradeço ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social pela participação como bolsista e tutora no curso EAD sobre o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas. Sou grata aos povos indígenas e a sua cultura por terem sido a motivação da escolha desse curso, pois ao conhecer a História desses povos, consigo pensar e sentir mais além da sociedade em que vivo. Por isso, agradeço à Pachamama, quem tudo nos provê.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>CAPÍTULO 1 – Povoando com os novos súditos: a política de aldeamento no Continente de São Pedro</b> .....	11
<b>1.1 Os inimigos de ontem são os aliados de hoje: índios transmigram com os portugueses</b> .....	14
<b>1.2 A porta de entrada: São Nicolau do Rio Pardo</b> .....	21
<b>1.3 Breve histórico do Aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos</b> .....	23
<b>CAPÍTULO 2 - Vivendo em São Nicolau do Rio Pardo e em Nossa Senhora dos Anjos: Trabalho, autonomia e disputas pela terra</b> .....	28
<b>2.1 Governo de José Marcelino de Figueiredo: regularização da mão-de-obra dos índios aldeados</b> .....	28
<b>2.2 Disputas de interesses: colonos, funcionários da Coroa e índios</b> .....	32
<b>2.3 Possibilidades de coesão social e identidade étnica</b> .....	35
<b>CONCLUSÃO</b> .....	39
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIAS</b> .....	41

## INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX, pesquisas acadêmicas vêm evidenciando a atuação inquestionável dos indígenas no processo de formação do atual Rio Grande do Sul. O convívio entre brancos e as populações indígenas alternava-se entre conflitos e alianças em uma região caracterizada por disputas territoriais. Se portugueses ou espanhóis obtiveram conquistas, tal êxito somente foi possível através da “boa vontade” dos nativos.

Nas atuais contribuições, a vinda de índios missioneiros para os aldeamentos no Continente de São Pedro não foi resultado de uma força militar empregada por parte dos lusitanos, nem tampouco porque os indígenas eram “inocentes” e não tinham escolha. Apesar das possibilidades limitadas, o movimento de transmigração foi resultado de alianças entre a elite indígena e a comissão demarcadora portuguesa<sup>1</sup>. Dessa forma, se os portugueses atingiram seus objetivos de povoamento do Continente, os missioneiros percebiam vantagens ao realizar esse tipo de escolha e sabiam como “jogar” a seu favor.

O sustento dos aldeamentos também só foi possível mediante acordos estabelecidos entre portugueses e índios, como foi o caso de São Nicolau do Rio Pardo que se sustentou por mais de um século (1757-1860) mantendo-se como um espaço eminentemente indígena. Apesar de durante esses anos, os índios de São Nicolau se envolverem em guerras, como a dos Farrapos, e conflitos territoriais, foi um espaço onde os moradores conseguiram exercer maior autonomia frente às autoridades. Karina Melo pesquisou o envolvimento dos aldeados com a religião, pois sempre mantinham a capela em boas condições, como sendo fundamental para o estabelecimento da confiança junto às esferas políticas coloniais e provinciais<sup>2</sup>.

A respeito da Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, há a dissertação de Bruna Sirtori, a qual procura demonstrar as hierarquias sociais e a história da família através do compadrio por parte

---

<sup>1</sup> Entre as obras que apresentam essa abordagem estão: LANGER, Protásio Paulo. *Os guarani-missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750 – 1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005; GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e política indigenista no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

<sup>2</sup> Sobre a aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, existe a recente dissertação de Karina Moreira da Silva e Melo: *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (século XVIII-XIX)*, defendida em março de 2011 na UFRGS e seu artigo: MELO, Karina Moreira. *Os indígenas na Província de São Pedro: entre práticas e discursos*, in *Anos 90*, Porto Alegre, V. 19, n. 34, p. 245-278, dezembro 2011.

de indígenas e escravos de toda aquela freguesia<sup>3</sup>. Mesmo que seu trabalho tenha informações sobre os batismos dos guaranis missioneiros, seu enfoque dado nas questões da família gera uma discussão diferente do que será tratada nesse trabalho.

Apesar da notável visibilidade da temática indígena adquirida nas últimas décadas, o período de formação e manutenção dos aldeamentos estabelecidos no Continente de São Pedro possibilita a pesquisa visando preencher lacunas na historiografia já produzida. Quais seriam os motivos de um aldeamento se sustentar por mais tempo do que o outro? Como os indígenas se envolveram nesse processo? Quais foram as possibilidades de manterem sua identidade étnica e uma certa coesão social em cada um dos aldeamentos e como isso influenciou na manutenção dos mesmos? Essas serão as questões centrais que esse trabalho procurará esclarecer.

A aproximação da História com outros campos do conhecimento como a Antropologia tem possibilitado aos historiadores a produção de uma nova história indígena que vai de encontro à imagem dualista de um nativo resistente ou aculturado e assimilado. Essa abordagem é conhecida como “nova” história indígena, porque se diferencia das abordagens que supunham um índio mitológico e estereotipado a partir do século XIX<sup>4</sup>. Abordagens que tinham como parâmetro a clássica frase de Varnhagen de que para os índios “não há história, há apenas etnografia”<sup>5</sup>.

A fim de desconstruir tais visões limitadas e de preencher um vazio historiográfico, diversos historiadores procuram analisar a “visão dos vencidos”<sup>6</sup>, ou seja, compreender como os índios contemporâneos percebiam os acontecimentos de sua época e projetavam suas decisões para um futuro que lhes garantiria melhores condições. Dessa forma, os indígenas retomam o controle de suas vidas e tornam-se agentes ativos.

A escolha pelos aldeamentos criados a partir de 1757 no Continente de São Pedro foi uma adotada por indígenas missioneiros que se percebiam vulneráveis em seus *pueblos* antigos e que temiam abusos a suas famílias. A legislação vigente nos aldeamentos lhes garantia liberdade e

---

<sup>3</sup> SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. 2008. 207f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>4</sup> MONTEIRO, John. *Armas e Armadilhas*. In: NOVAES Adauto, (coord.), *A Outra Margem do Ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 238.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>6</sup> WACHTEL, Nathan. “*Os índios e a conquista espanhola*”. In: BETHELL, Leslie (ed). *História da América Latina Vol I*. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, p. 195-239

certo prestígio, assim, suas escolhas por esse modo de vida foram uma opção dentro dos limites impostos no contexto de conflitos na região. Desse modo, é possível abordar essas ações como formas de resistência e adaptação pelos índios que se viam pressionados a tomar alguma atitude que melhorasse sua situação. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida:

*Colaborar com os europeus e aldear-se podia significar, portanto, uma forma de resistência adaptativa, através da qual os povos indígenas buscavam rearticular-se para sobreviver o melhor possível no mundo colonial. Em vez de massa amorfa, simplesmente levada pelas circunstâncias ou pela prepotência dos padres, autoridades e colonos, os índios agiam por motivações próprias, ainda que pressionados por uma terrível conjuntura de massacres, escravizações e doenças. Interessarem-se por algumas mudanças e aprendizados, porém tinham nisso seus próprios interesses, e atribuíam-lhes rumos e significados próprios<sup>7</sup>.*

Entende-se que a escolha dos índios missioneiros pela vida em aldeamento é uma forma de *resistência adaptativa*<sup>8</sup> na medida em que, em meio a um jogo de forças distintas e desiguais, utilizaram um conhecimento adquirido ao longo do processo de contato com o intuito de almejar ganhos – ou menores perdas – que só poderiam garantir conforme se aproximassem da sociedade colonial portuguesa.

Conforme John Monteiro, um dos meios de ação dos índios foi a própria utilização dos institutos legais proporcionados pela administração portuguesa para buscar aquilo que lhes era de interesse<sup>9</sup>. A partir dessa abordagem, resistência e aculturação deixam de serem interpretados como opostos e pode-se ir além de uma interpretação do índio submisso e simplesmente vítima da colonização. Nas relações de contato, indígenas responderam de acordo com suas próprias motivações e participaram ativamente dos processos históricos que vinham acontecendo<sup>10</sup>.

O historiador Guillaume Boccara analisou as definições de resistência-aculturação contidas na obra pioneira do historiador e antropólogo francês Nathan Wachtel sobre “os vencidos”. Aculturação é um termo ambíguo que pode ser entendido como sendo imposta quando há um grupo dominador dirigindo o processo ou pode ser espontânea quando há uma

---

<sup>7</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, p.30.

<sup>8</sup> A expressão *resistência adaptativa* utilizada por Maria Regina Celestino é do historiador Steve Stern que aplicou o conceito para analisar a resistência indígena nos Andes.

<sup>9</sup> MONTEIRO, John M. *Alforrias, Litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo*. Revista de História, São Paulo. n.º.120, p.45-57, jan./jul. 1989.

<sup>10</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op Cit., p. 29.

simetria nas relações. Além disso, Wachtel divide aculturação em dois pólos: integração e assimilação. O primeiro remete à incorporação de signos de uma outra cultura, mas mantém-se a identidade tradicional. Enquanto assimilação seria o inverso, a perda da tradição e o reconhecimento como tal. Ele também sinaliza que existem alguns tipos intermediários. Quanto ao conceito de resistência que antes era apreendido unicamente como ação bélica por parte dos indígenas, é repensado quando se analisa as transformações que ocorreram na natureza sócio-cultural da guerra nas sociedades nativas a partir da adoção de novas formas de se relacionarem economicamente e socialmente (novas lideranças, alianças políticas). Nas zonas de fronteira, isso aconteceu por causa da implantação de instituições reguladoras como as Missões que serviriam para controlar e estabelecer a ordem. Desse modo, Boccara chama atenção quando lembra que:

*Nathan Wachtel insiste sobre la centralidad de los hechos de dominación en la estructuración de los fenómenos e instituciones sociales. No es pensable ni posible estudiar el devenir de las sociedades indígenas sin tomar en cuenta las relaciones de fuerza, de dominación y las imposiciones de índole tanto política, como económica y religiosa. Wachtel pone énfasis sobre el hecho de que las desestructuraciones y reacciones indígenas no constituyen nada más ni nada menos que la otra cara de la praxis de los españoles.<sup>11</sup>*

Os processos históricos que ocorreram na América Meridional a partir de meados do século XVIII transformaram todos os agentes envolvidos. Indígenas utilizaram outras formas de resistência a partir dos novos instrumentos estabelecidos e incorporados. Resistência não significa o mantimento de uma tradição imutável, é compreendida como uma estratégia de defesa e preservação da distinção étnica em meio a ações possíveis e limitadas. Dessa maneira, a dominação colonial portuguesa não é explicada simplesmente pela submissão dos indígenas em viver nos aldeamentos. O que importa é como esses agentes, que estavam em desvantagem nesse momento, se apropriaram de forma criativa das leis lusitanas a favor de seus próprios interesses e como essa prática influenciou na manutenção desses territórios.

O seguinte trabalho propõe analisar o contexto de formação e manutenção dos aldeamentos criados após o Tratado de Madri no Continente de São Pedro. O problema central da pesquisa será analisar os motivos do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo ter perdurado

---

<sup>11</sup> BOCCARA, Guillaume. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. Revista Memória Americana, nº 13, 2005, p. 12.



por mais de um século, para isso comparando com outro aldeamento, Nossa Senhora dos Anjos, e utilizando a nova história indígena como suporte. Visando alcançar esses objetivos, a revisão da bibliografia recente sobre o tema será fundamental, além do cruzamento de fontes que abordam o assunto. Uma das fontes utilizadas será o interrogatório produzido no Quartel de São Borja em 1759<sup>12</sup>. Seu conteúdo refere-se a interrogatórios feitos pelo Tenente Coronel e Major General do Exército espanhol Dn. Diego de Salas a mando do Governador e Capitão Geral da Província Dn. Pedro de Cevallos para descobrir informações a respeito de desertores do exército espanhol, sedução e extração de índios, roubos e matanças de gado que estavam sendo praticados pelos portugueses. Os homens interrogados haviam estado recentemente em território português e presenciaram cenas que ajudariam nas investigações. É um documento com importantes informações a respeito do contexto de transmigração, com relatos sobre as condições desses índios estabelecidos no Continente de São Pedro. Outra fonte a ser utilizada será o Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737<sup>13</sup>, conhecido como Ementário, o qual trata-se de um levantamento de informações feito pelo Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes sobre as paróquias, varas eclesiásticas, curatos, capelas, oratórios, hospícios, asilos, casas de caridade, hospitais, aldeamentos e catequese no Rio Grande de São Pedro do Sul entre 1737 e 1891. É um documento que descreve as situações que envolveram as populações nos territórios onde existiam paróquias, ou seja, nas principais freguesias da Província. Além disso, também há descrições sobre a transmigração dos índios, a manutenção dos aldeamentos e a sociabilidade dos moradores das aldeias com os demais das freguesias. Por fim, será utilizada uma carta do estancieiro da região de Viamão, Bernardo José Pereira, sem data nem destinatário, na qual são listados mais de dez motivos para a remoção dos índios aldeados próximos às estâncias de Viamão, no aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos<sup>14</sup>.

Na primeira parte do trabalho constará uma revisão sobre como essa temática foi tratada por alguns historiadores clássicos do RS e, na seqüência, um panorama geral de como se realizou a transmigração dos índios missioneiros. Visto que o problema da

---

<sup>12</sup> Cópia gentilmente cedida por Eduardo S. Neumann durante minha participação como bolsista de iniciação científica em sua pesquisa: Os guaranis e a fronteira meridional: as reduções orientais do Uruguai depois dos jesuítas (1756-1801), 2011/02.

<sup>13</sup> Agradeço ao Fábio Kuhn pela cópia do documento.

<sup>14</sup> Agradeço ao Eduardo S. Neumann pela cópia do documento.

pesquisa envolve os aldeamentos de São Nicolau de Rio Pardo e Nossa Senhora dos Anjos, tratarei do contexto de formação desses aldeamentos.

No segundo capítulo, será feita a comparação entre os dois aldeamentos a respeito das relações sociais, priorizando as relações de trabalho dentro e fora dos espaços dos aldeamentos e, por fim, se os indígenas possuíam uma certa liberdade ou se o confinamento nos aldeamentos era uma regra a ser cumprida. A comparação desses aspectos nos dois principais aldeamentos visa analisar se a localização e as freguesias vizinhas influenciaram de diferentes maneiras os indígenas aldeados e conseqüentemente suas decisões contrárias ou a favor de se manterem aldeados.

## **CAPÍTULO 1 – Povoando com os novos súditos: a política de aldeamento no Continente de São Pedro**

A historiografia tradicional do Rio Grande do Sul se constituiu como uma narrativa da expansão luso-brasileira ao Brasil meridional. Dessa forma, a ocupação e a História desse Estado brasileiro teve início a partir da fundação de Rio Grande em 1737. A Colônia de Sacramento, fundada em 1680, foi uma ocupação mais antiga dos lusitanos na América meridional, mas somente ganhou enfoque na historiografia tradicional no contexto do Tratado de Madri, assim como as Missões Orientais do Uruguai. Essa narrativa buscava criar uma identidade gaúcha como sendo lusitana, branca, expansionista e católica, a qual indígenas e escravos negros eram citados de forma simplista e pejorativa.

Guilhermino César seguiu essa perspectiva historiográfica quando publicou o seu livro clássico “História do Rio Grande do Sul – Período Colonial” na década de 70 do século XX. Para o autor, as Missões e os índios que lá viviam só fariam parte da narrativa histórica do RS a partir da conquista do território pelos luso-brasileiros, quando afirmou que *só em 1801, após um implacável retrocesso, (...), os índios Guarani da margem esquerda do Uruguai começaram a ser incorporados ao mundo de fala portuguesa*<sup>15</sup>. Quanto aos acontecimentos que ocorreram após 1750, ele relatou sobre a povoação do Rio Grande de São Pedro:

*Para dar cumprimento ao Tratado de Madri de 1750, pelo qual a Colônia de Sacramento seria entregue à Espanha, em troca das missões dos Sete Povos, passou Portugal a promover, por intermédio de Gomes Freire de Andrade, medidas destinadas a aliciar povoadores para o Sul. Concentrá-los no Rio Grande de São Pedro, à espera do momento azado para ocupar as Missões, foi objetivo manifesto, tanto assim que o capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro publicou Bando, oferecendo vantagens aos que se passassem àqueles sítios. Apresentaram-se voluntários, principalmente paulistas, aos quais foram concedidas sesmarias. Mas o governo dava preferência aos ilhéus, que foram sendo transportados de Santa Catarina.<sup>16</sup>*

Nesse trecho, percebe-se que Guilhermino não considerou os novos povoadores do território rio-grandense, os índios missioneiros, que será a temática desse trabalho, dando ênfase para a povoação de paulistas e açorianos. Ainda sobre o Tratado de Madri, ele descreveu que as

---

<sup>15</sup> CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1981, p. 24.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 130.

principais preocupações dos espanhóis residiam à cerca do destino dos índios guaranis dos sete povos. Com o objetivo de persuadir os espanhóis, Silva Teles, Secretário de Estado português, afirmou que os índios ficariam com todos os seus bens e seguiriam os jesuítas pelo território espanhol.<sup>17</sup> A partir da releitura das fontes, sabe-se que não foi dessa maneira que se sucedeu a história. Sabe-se que a Coroa portuguesa, através do comissário Gomes Freire, negociou com os índios missioneiros para eles transmigrarem ao Continente de São Pedro. Quanto ao trabalho executado pelas tropas lusitanas durante as tentativas de demarcação prevista no Tratado, o autor apenas descreveu que:

*Após dez meses de permanência nas Missões, o exército luso regressou a Rio Pardo, aos seus quartéis de inverno. Ao findar essa áspera campanha, Gomes Freire recebeu ali a notícia de que o Rei o agraciara com o título de Conde de Bobadela, em sinal de reconhecimento aos bons serviços que prestara à Coroa. Sob muitos aspectos, é incompreensível o recuo dos portugueses, quando fora tão penosa a conquista das Missões.<sup>18</sup>*

Deve-se ter a sensibilidade de que Guilhermino César foi um homem de seu tempo e, por isso, orientou sua narrativa através da historiografia de sua época. Em seu livro, ele não considerou a povoação de milhares de índios transmigrados das Missões para os aldeamentos localizados no Continente de São Pedro. Isso se deveu tanto a sua perspectiva lusitana da História, quanto à apuração de uma documentação que temos acesso nos dias atuais. Apesar da invisibilidade dos indígenas transmigrados, o autor se contradiz em alguns trechos e deixou escapar algumas pistas desses índios, ainda que de forma confusa, como no capítulo dedicado ao governo de José Marcelino de Figueiredo:

*Ainda no interesse do Povoamento, completou as providências tomadas por Gomes Freire em favor dos índios. Este trouxera das Missões famílias guaranis e localizou-as em São Nicolau, junto a Rio Pardo. José Marcelino, mais tarde, reuniu muitas delas na guarda velha do Gravataí, de onde surgiu a Aldeia de N. S. dos Anjos, a Gravataí de hoje. Ali fundou também o colégio das Servas de Maria (1778), onde as meninas guaranis recebiam instrução primária e aprendiam trabalhos manuais.<sup>19</sup>*

Outro autor que seguiu a perspectiva lusitana da História do RS foi Moysés Vélinho. Em seu livro “Fronteira”, também da década de 70, ele narrou a história a partir de personagens heróicos luso-brasileiros, entre eles, Gomes Freire de Andrade. Os episódios que sucederam o

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 138-142.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 182.

Tratado de Madri são explicados a partir da *intuição estratégica* de Gomes Freire, o qual soube negociar com os caciques do povo de Santo Ângelo, diferenciando-se dos espanhóis que *jamais desceriam das alturas de seu orgulho para tratar com índios de igual para igual*<sup>20</sup>. O autor citou em um parágrafo a transmigração de índios que foram levados para os aldeamentos de São Nicolau do Rio Pardo e Nossa Senhora dos Anjos, no entanto, foi um fato pouco valorizado por Moysés Vélinho que se preocupou em relatar sobre os casais de açorianos que estavam abandonados desde sua chegada em 1752<sup>21</sup>. A abordagem focada nos sucessos do *ilustre* Capitão-General acarretou no silenciamento dos indígenas e na invisibilidade de suas ações, já que, na concepção de Moysés Vélinho, os índios eram *desprovidos de capacidade de comando*.

A partir da releitura desses dois clássicos da historiografia gaúcha, é possível evidenciar as lacunas historiográficas dessas narrativas e a possibilidade de enriquecer o debate com a nova história indígena, o que já vem ocorrendo. Um exemplo é a pesquisa acadêmica de Eduardo Neumann, a qual analisou a formação do continente do Rio Grande, no século XVIII, a partir da concepção de *fronteira tripartida*. Além das fronteiras ibéricas, o autor considerou a fronteira indígena das Missões Orientais do Uruguai como fazendo parte das disputas da época. Documentos escritos pela elite indígena em reação ao Tratado de Madri evidenciam a relevância da presença indígena na tomada de decisões durante o conflito territorial:

*Mas foi o domínio das práticas letradas que permitiu aos guaranis ilustrados, em momento de crise, recorrerem ao expediente da comunicação escrita, enviando cartas ou afixando bilhetes com mensagens hostis a presença das comissões demarcadoras. Nessas epístolas argumentavam a respeito do seu direito histórico sobre as terras e sua ancestralidade em relação a este território*<sup>22</sup>.

Os subcapítulos que seguem analisarão o contexto de formação dos aldeamentos povoados pelos índios transmigrados, relatando brevemente as características dos aldeamentos de São Nicolau do Rio Pardo e de Nossa Senhora dos Anjos.

---

<sup>20</sup> MOYSÉS, Vélinho. *Fronteira*. Porto Alegre: UFRGS, 1975, p. 87.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>22</sup> NEUMANN, Eduardo Santos. *A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII*. In: *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p. 35.

## 1.1 – Os inimigos de ontem são os aliados de hoje: índios transmigram com os portugueses.

As disputas pela ampliação das fronteiras na América meridional e pela consolidação de um povoamento efetivo do território se intensificaram a partir do Tratado de Madri firmado entre as Coroas Ibéricas em 1750. Tratava-se da troca da Colônia de Sacramento, que pertencia a Portugal, pelas Missões Orientais do Uruguai pertencentes à Espanha, os quais faziam parte das trinta reduções jesuíticas do Paraguai. Para o cumprimento do tratado, foram organizadas comissões demarcadoras por cada Coroa, sendo escolhido o general Gomes Freire de Andrada para representar os lusitanos e dom Gaspar de Munive, marquês de Valdelírios, como chefe da comissão espanhola<sup>23</sup>.

Durante a demarcação, os indígenas missioneiros que ocupavam seus *pueblos* há mais de meio século, em um primeiro momento, resistiram belicamente e foi travada a denominada “Guerra Guaranítica”<sup>24</sup>. A partir desses conflitos, as coroas ibéricas ocuparam militarmente as reduções orientais, mas perceberam que os índios não cederiam pela força militar, por isso deveriam utilizar novas estratégias. Para compreender qual era o tipo de relação estabelecida entre índios/portugueses e índios/espanhóis e as transformações que o Tratado de Madri gerou, é preciso historicizar as relações sociais e as formações de identidades estabelecidas nesse espaço. A formação das reduções orientais do Uruguai foi uma reocupação com a pretensão de defender o território da Banda Oriental contra o expansionismo lusitano. Com o objetivo de estimular o ataque bélico indígena, os jesuítas reforçavam a memória dos conflitos do século XVII, quando os bandeirantes paulistas seguidamente atacavam as terras missioneiras em busca de gado e índio cativo. Essa relação de ódio perpetuada pela idéia de vingança atuou historicamente na consolidação de uma identidade missioneira em oposição aos seus inimigos mortais, os portugueses<sup>25</sup>. No entanto, ao longo do processo de demarcação, uma parcela dos guaranis

---

<sup>23</sup> GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e política indigenista no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

<sup>24</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre o assunto, ver: NEUMANN, Eduardo Santos & GRIJÓ, Luiz Alberto. *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010; QUARLERI, Lia. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuítas y imperios coloniales*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009; GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos jesuítas e de índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

<sup>25</sup> NEUMANN, Eduardo. *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757*, Revista Complutense de História da América. Madri: Editorial Complutense, 2000, n. 26, p. 73-92.

passou a ver os espanhóis e os jesuítas como traidores por assinarem o tratado com os lusitanos, ocasionando uma reformulação das identidades e das relações sociais por esses índios<sup>26</sup>.

As transformações na forma dos indígenas perceberem e escolherem seus aliados foram conseqüências das estratégias ibéricas e da escolha dos índios em traçar os rumos de sua própria história. Em 1754, durante as tentativas da demarcação, Gomes Freire, acampou por três meses, próximo às estâncias missioneiras, onde seu exército mantinha contatos com os índios. Enquanto alguns índios provocavam os lusitanos para o combate, outros realizavam trocas comerciais, como erva-mate, sebo e carne<sup>27</sup>. Esses relatos demonstram a heterogeneidade dos guaranis missioneiros em relação às escolhas de seus aliados. Após a Guerra Guaranítica, os portugueses acamparam em Santo Ângelo, onde continuaram oferecendo dádivas, fazendo promessas e realizando uma política de “bom tratamento” oriundas do *Diretório dos Índios* de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, o qual visava incluir os nativos da América na sociedade colonial lusitana<sup>28</sup>.

Os índios oriundos das reduções missioneiras já estavam familiarizados com a política do tratamento diferenciado através de signos de prestígio. Guillermo Wilde em artigo sobre prestígio indígena e a invenção de linhagens guaranis nas missões do Paraguai, esboçou sobre os conflitos existentes nas reduções referentes à legitimidade dos caciques integrantes dos cabildos<sup>29</sup>. A construção do poder no espaço missioneiro era contraditória e complexa, pois os jesuítas estabeleceram um poder baseado na linhagem de sangue, portanto hereditário, enquanto os índios tradicionalmente concebiam o parentesco de outra forma, assim como, a legitimidade da liderança baseada no carisma, constituído por uma boa oratória, generosidade e a destreza guerreira<sup>30</sup>. A adesão da noção de hereditariedade por uma parte dos guaranis produziu disputas entre os diversos setores indígenas<sup>31</sup>. Entre os signos de prestígio estava a adoção do título de “Don” pelos principais, resultados de uma política hispânica que visava a formação de uma nobreza indígena, sendo considerados como vantajoso pelos mesmos, o que segundo Wilde:

---

<sup>26</sup> GARCIA, Elisa, op. Cit., p. 35-37.

<sup>27</sup> GARCIA, Elisa. *De inimigos a aliados: como parte dos missioneiros repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madri*, Anais de História de Além-mar, vol. VIII, Lisboa, 2007, p. 123-137, p. 132.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 48-49.

<sup>29</sup> WILDE, Guillermo. *Prestígio indígena y nobleza peninsular: La invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguay*. In: *Jahrbuch für geschichte lateinamerikas*, n. 43, pp. 119-146, 2006.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 126.

*El tráfico de símbolos de poder operaba como mecanismo de acumulación de prestigio entre los mismos indígenas, creando asimetrías estructurales. En los términos del sistema colonial, las ventajas para las autoridades indígenas eran claras: los privilegios que obtenían creaban una diferenciación permanente con respecto a los “indios del común”. A nivel más general, este proceso implicaba la aceptación indígena de posiciones cada vez más fijas y subordinadas en la estructura en virtud de la delegación que hacían a las instituciones coloniales de un poder que antes residía en la sociedad indígena<sup>32</sup>.*

Essa estratégia utilizada pelos jesuítas e espanhóis baseava-se na cooptação das lideranças e na provocação de divisões internas, isolando líderes reconhecidos como *hechiceros*, considerados como um obstáculo na catequese dos nativos. Apesar das decisões tomadas pelas autoridades centrais quanto à definição de liderança, os indígenas reconheciam mais a autoridade de alguns caciques em detrimento de outros. O autor denomina essas evidências como um conflito entre autoridade tradicional e autoridades impostas ou “de papel”<sup>33</sup>, destacando, dessa forma, a dinâmica do poder entre as autoridades indígenas, onde o jogo alternava-se entre consenso e coerção. No primeiro caso a legitimidade do poder surge de um esforço pessoal em relação direta do líder com a comunidade, enquanto no outro o cargo é dado *a priori*, fora do corpo social.

Ao oferecer elementos de prestígio, os lusitanos entram no jogo de cooptação das lideranças, estratégia que estava de acordo com o *Diretório*. Elaborado em 1755, a princípio aplicava-se à região norte, aldeamentos do Pará e do Maranhão, sendo posteriormente aplicado para todo o território da América portuguesa<sup>34</sup>. Nessa legislação constava a Lei de Liberdade, a qual incentivava os casamentos mistos e restituía a plena liberdade aos índios. Entre as promessas feitas aos missionários, estava a garantia dos mesmos continuarem em suas terras se escolhessem por aliar-se aos portugueses. Segundo Gomes Freire, *tratando-se de escolher entre dois males, melhor lhes seria ficar com eles naquela banda oriental, no Rio Grande, ou no Rio Pardo e suas cercanias, visto que assim, em si, ficavam sempre em suas estâncias, sem sair de suas terras*<sup>35</sup>. Ao que parece, a questão do vínculo com a terra, a qual garantia o sustento, os ervais dos povos, era central em um contexto de disputas por territórios. Optando pela

---

<sup>32</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>34</sup> Para mais detalhes sobre as diretrizes do *Diretório*, ver: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB, 1997.

<sup>35</sup> LANGER, Protásio Paulo. *Os guarani-missionários e o colonialismo luso no Brasil meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750 – 1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005, p. 115.



negociação com os lusitanos, 700 famílias de índios e seus respectivos líderes transmigraram junto à comissão de Gomes Freire em direção ao Continente de São Pedro e iniciaram a formação dos aldeamentos<sup>36</sup>.

Em 1759, foi elaborado um interrogatório pelos espanhóis do Quartel General de Sn. Borja, por ordem do Governador de Buenos Aires, Dn. Pedro de Cevallos, a respeito da retenção de desertores espanhóis, sedução e extração de índios, roubos e matanças de gados que estavam sendo cometidos pelos portugueses<sup>37</sup>. O Tenente Coronel e Major General do Exército espanhol Dn. Diego de Salas interrogou dezoito homens, sendo a maioria soldados que haviam estado recentemente em território português e presenciaram cenas que ajudariam nas investigações. O Major responsável pela investigação faz as mesmas perguntas para todos os entrevistados: quem são e onde vivem, o que viram a respeito dos desertores espanhóis quando estiveram em Rio Pardo, como eles estavam vivendo ao lado dos portugueses, se gostariam de voltar e por que não o faziam, e era perguntado também a respeito dos índios. Os relatos são similares e descrevem os agrados concedidos pelos portugueses aos desertores espanhóis e que *los emplean en hacer correria de Ganados de todas especies por las Campañas, y Estancias de los Pueblos de Misiones, y porciones de Grasa, y Sebo para vender y llevar a los mismos Portugueses*. Os desertores auxiliavam nas correrias de gado das estâncias dos povos das Missões até o Continente de São Pedro e por isso, *son mui utiles para estos trabajos*, como relata um dos interrogados. Quanto aos índios, todos os relatos convergem ao denunciar que *es un dolor verlos muertos de hambre y desnudos* e o primeiro interrogado descreve os motivos dos índios terem ido com os portugueses e por quê se arrependeram:

*Indios y Indias que quieren, o intentan venirse a sus Pueblos, castigando a los que cojen (como varias veces ha sucedido) con las mayores prisiones y severidad, y que para evitar su fuga tienen cojidos todos los caminos con varias Guardias en distintos Puertos, como son el paso de Sn. Lorenzo, y camino de Viamont, y añade que los mismos Indios le han dicho, que ellos se avian ido con los Portugueses, fiados en la oferta y promesas que les hicieron quando les aconsejaron el que se fueran con ellos, pero que después se avian desengañado, y visto de que todo era embuste, y que se hallaban arrepentidos, y disgustados, y con grandes deseos de bolverse a sus Pueblos, pero que no lo hacian por que no les davan lugar para ello, antes les castigavan con maior vigor se intentava alguno escapanise, como avia sucedido con muchos*<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> MELO, Karina Moreira da Silva. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (século XVIII-XIX)*. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

<sup>37</sup> Legajo 7405, documento 71: Quartel General de San Borja. Año de 1759. Secretaria de Estado. Archivo General de Simancas (Valladolid – Espanha).

<sup>38</sup> *Ibidem*, depoimento do soldado blandengue Torales.

A partir dessas informações coletadas pelas autoridades espanholas, o contexto de transmigração torna-se mais complexo e propicia dúvidas a respeito do cumprimento das promessas feitas pelos portugueses aos indígenas. Os relatos do documento indicam que os índios estavam deixados a sua própria sorte, pelo menos em 1759, data da realização do interrogatório e recente início das transmigrações. Lembrando das palavras de Gomes Freire referente à opção que teriam os índios ao se aliarem a sua comissão, ficariam *sempre em suas estâncias, sem sair de suas terras* e, se assim fosse, seria uma boa alternativa para os missioneiros que observavam a disputa territorial em que estavam envolvidos. Será que era interessante para os lusitanos que os índios se deslocassem entre o território missioneiro e as terras do Continente, mais especificamente entre Rio Pardo e Rio Grande? É provável que não, pois nesse contexto de esforço das Coroas ibéricas em estabelecer limites bem definidos, que, no entanto, permaneciam os fluxos dos diversos agentes sociais por esses territórios, os portugueses temiam que os indígenas se aliassem novamente aos espanhóis. É evidente o interesse que os lusitanos tinham nas estâncias missioneiras, principalmente no gado, pois utilizaram estratégias de convencimento junto a seus inimigos espanhóis para auxiliarem nos roubos de gado desses espaços, conforme um testemunho de que *la extraccion de Ganados es causa de que las Estancias de estos Pueblos de Misiones se hallen enteramente destruidas y despobladas*. Dessa forma, desapropriando os índios do território missioneiro facilitaria a posse e o controle das reduções orientais.

Quanto às aspirações indígenas, é questionado: quando aceitaram transmigrar para os domínios portugueses, esperavam poder vagar entre os territórios? Quais relações identitárias estavam sendo configuradas nesse contexto? Ao analisar o mesmo documento, Karina Melo denotou a existência de *uma noção de mobilidade espacial que ultrapassa a noção de espaço territorial*<sup>39</sup>, ou seja, para os índios a questão de se deslocarem de um lugar a outro não significava uma transgressão, pois tinham uma noção de fronteira diferente dos ibéricos. Os próprios desertores do exército espanhol pareciam conceber a fronteira como um espaço de mobilidade vantajoso. Essas relações múltiplas que aconteciam nesse território fronteiro entre

---

<sup>39</sup> MELO, Karina Moreira, Op. Cit., p. 52.

hispânicos, lusitanos e indígenas podem ser explicadas pelo conceito de *complexo fronteiro*<sup>40</sup>, uma fronteira de variados significados dados pelos diferentes agentes sociais envolvidos. As interações entre esses agentes geram identidades múltiplas, fluídas e nômades, desconstruindo o paradigma do Estado-Nação, o qual limita a análise do passado ao determinar as culturas como sendo homogêneas e as identidades como fechadas e imutáveis<sup>41</sup>. Dependendo do ponto de vista do grupo social que se analisa, os desejos dos indígenas são compreendidos de forma ambígua. De acordo com os testemunhos, os índios gostariam de retornar a seus *pueblos* onde viviam melhor *y que si pudieran se avian de bolber*, reclamando dos castigos que sofriam caso tentassem retornar. Essas denúncias proferidas pelos índios e relatadas pelos espanhóis podem ser compreendidas como uma forma dos índios acionarem a cooperação da Coroa hispânica para continuarem transitando em seus *pueblos*. Além da dificuldade de mobilidade, os índios se queixam aos espanhóis sobre suas mulheres serem levadas pelos portugueses, buscando auxílio, conforme relato:

*También dice que en otras dos ocasiones por queixa que vinieron a dar unos Yndios del dho Pueblo de Sn. Miguel de que los Soldados Portugueses de la partida que estava en la Cavallada, se avian llevado y tenían consigo a sus mugeres, dice que aviendo selas pedido al Comandante que entonces mandava por ausencia del Coronel Cardoso, y que diera la orden para que se entregasen dhas mugeres de aquellos pobres Yndios que las tenían en dha Cavallada escondidas, despues de aver dicho que asi lo mandaria y se executaria se supo que anticipadamente, y antes que se embiara la Partida por ellas, embiaron aviso para que las escondieran, y quando llegó la Partida para recogerlas no las halló, sin que a la otra de esta tenga la menos noticia de ellas, quedando los pobres Yndios desconsolados sin sus mugeres<sup>42</sup>.*

Os índios que já haviam transmigrados percebiam possibilidades limitadas de autonomia, pois se a aliança com os hispânicos estava em processo de transformação após o Tratado de Madri, como citado anteriormente, as novas alianças com os lusitanos passavam ainda por negociações e arrependimentos. Somando à complexidade das relações e das identidades, os índios observavam seus *pueblos* sendo constantemente saqueados e percebiam os novos territórios do Continente de São Pedro como uma solução para sua sobrevivência. Talvez os

---

<sup>40</sup> BOCCARA, Guillaume. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. Revista Memória Americana, n° 13, 2005.

<sup>41</sup> BOCCARA, Guillaume. *Fronteras, mestizaje y etnogénesis en las Américas*. In: MANDRINI, Raul J. & PAZ, Carlos D. *Lãs fronteras hispanocriollas Del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII- XIX: Um estudio comparativo*. Tandil/IEHS, 2003, p. 73.

<sup>42</sup> Legajo 7405, documento 71: Quartel General de San Borxa. Año de 1759. Secretaria de Estado. Archivo General de Simancas (Valladolid – Espanha). Depoimento de Don Franco Piera.

indígenas que relataram a vontade de retornar a seus *pueblos*, desejavam ir, porém retornar aos aldeamentos quando quisessem, pois era uma possibilidade de segurança, ainda que enfrentassem os problemas subordinação conforme é visto nos testemunhos. A fluidez das construções identitárias nas zonas de contato também pode ser aplicada aos desertores espanhóis. É relatado no interrogatório que esses desertores viviam com plena liberdade, *sin recelo de castigo o alguno, ni que se metieran con ellos, y que públicamente estaban amancebados con las Chinas, haciendo vida como Casados* e que os portugueses *los agasajan mucho*. Essas evidências indicam vantagens nos contatos com os lusitanos, mas em outros testemunhos é observado o contrário:

*que aun que usaban de mucha libertad estaban cansados por el mucho trabajo que tenían, (...) quisieran bolberse a Sn. Borxa para poder restituirse a ver sus familias, por que ay muchos que son casados en su tierra, no se atreven a venir, porque si dan con la Guardia que tienen los Portugueses, los cojen, y no se quieren exponer a que los castiguen*<sup>43</sup>.

O interrogatório produzido no Quartel General de Sn. Borxa esclarece a complexidade das relações de contato nesse contexto de transformação e normatização da fronteira. Apesar dos esforços do exército espanhol em conter os atos dos lusitanos, um contingente expressivo de indígenas continuaram a chegar ao território português e permaneceram no Continente de São Pedro, povoando os aldeamentos. A administração dos aldeamentos deveria seguir as recomendações contidas no *Diretório dos Índios*, o qual previa a manutenção da qualidade de índios, lhes garantindo uma certa liberdade e prestígio, embora a transformasse em condição transitória, visto que seu objetivo principal era a completa integração dos índios à sociedade portuguesa, sendo que a sua principal característica era o assimilacionismo. Logo após o estabelecimento dos missioneiros em Rio Pardo, a maioria dos índios foi levada para as cercanias de Viamão, originando o Aldeamento Nossa Senhora dos Anjos em 1762. Além desses, outros aldeamentos foram criados, mas tiveram curta duração, como foi o caso de Santo Antônio da Patrulha<sup>44</sup>.

---

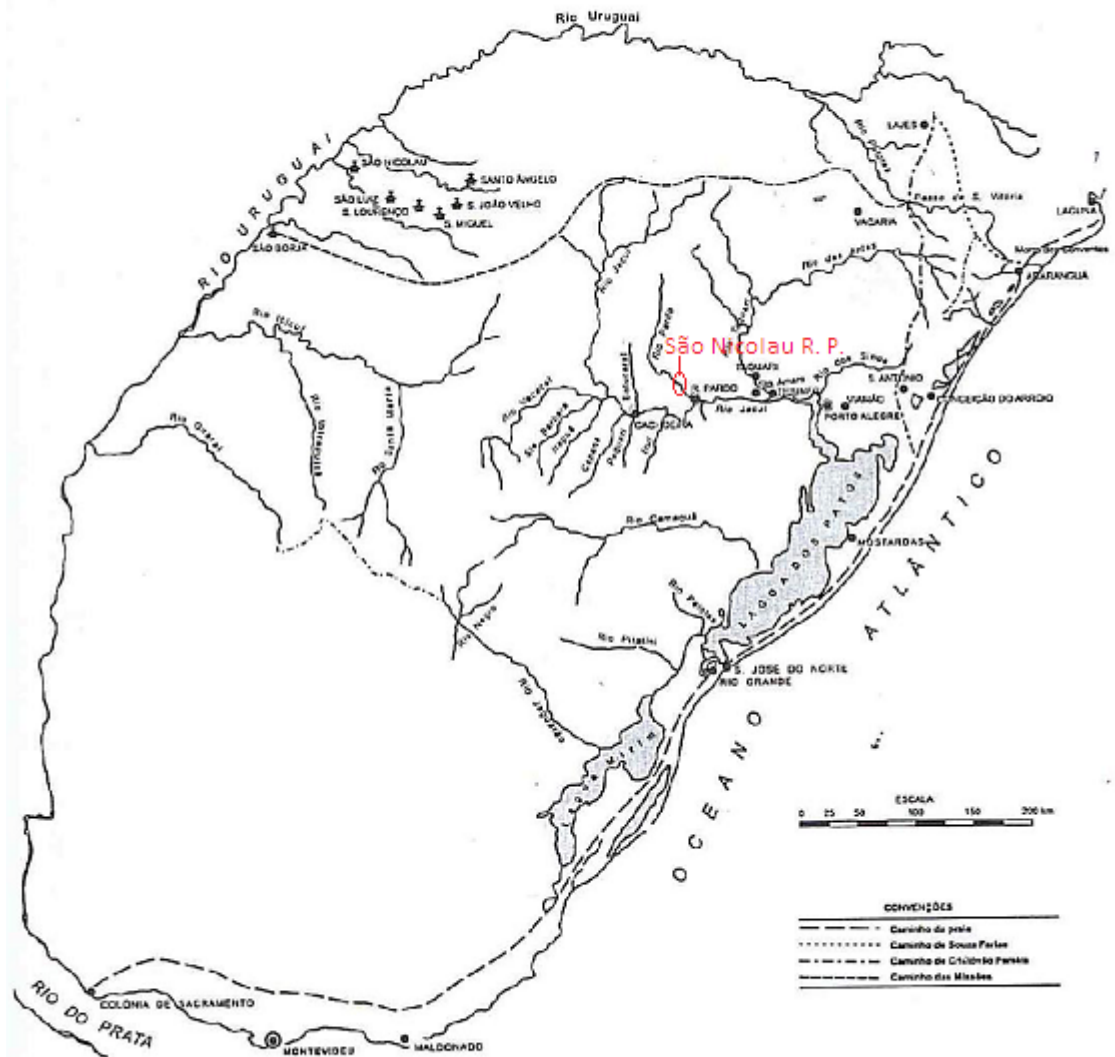
<sup>43</sup> Ibidem, depoimento de Franco Caballero.

<sup>44</sup> LANGER, Protásio Paulo. Op. Cit., p. 125.

## 1.2 - A porta de entrada: São Nicolau do Rio Pardo

Gomes Freire partiu da região das Missões com 700 famílias de índios guaranis e os arranchou *a uma légua da matriz de Rio Pardo*, formando o aldeamento chamado de São Nicolau do Rio Pardo em 1757. Já citada nesse trabalho, Karina Melo, em sua dissertação sobre a aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, buscou compreender aspectos da formação, manutenção e extinção do aldeamento. Seu trabalho se detém em grande parte no século XIX, mas proporciona informações do contexto de criação do aldeamento na segunda metade do século XVIII. Se observar no mapa, percebe-se a localização estratégica em que os índios foram aldeados. Tratava-se de um local fronteiro entre os domínios dos Impérios, ou seja, os territórios que estavam em disputa naquele momento. Quanto aos índios transmigrados, essas terras não se distanciavam de seus ervais e estâncias missioneiras, o que estava previsto quando negociaram.

## PRIMEIRAS POVOAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: VELLINHO, Moysés. *Capitania d'el Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970. APUD: MELO, Karina Moreira da Silva. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (século XVIII-XIX)*. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 49. Mapa modificado.

Através de relatos, pode-se averiguar que apesar do comprometimento por parte do governador José Marcelino de Figueiredo, as diretrizes do *Diretório* não foram postas em prática com muita ênfase em São Nicolau. O motivo para isso talvez seja por causa da distância do aldeamento em relação aos administradores da província. O governador chegou a visitar São Nicolau, dando ordens para que se cumprisse o que estava previsto no *Diretório*, porém, isso é pouco se comparado à Aldeia dos Anjos, onde José Marcelino manteve uma casa para residir e por lá se dirigia várias vezes por ano<sup>45</sup>.

No geral, os comentários feitos sobre o aldeamento de São Nicolau na segunda metade do século XVIII apontavam a pobreza e a precariedade da aldeia. Alguns desses comentários foram produzidos por Francisco José da Rocha, nomeado como sargento-maior de Rio Pardo pelo vice-Rei marquês de Lavradio. Esse cargo seria uma desculpa para José da Rocha relatar ao vice-Rei tudo que visse e ouvisse do continente, especialmente referente à situação dos índios<sup>46</sup>. Ele relatou também que a aldeia estava desorganizada e bastante povoada. O descaso dos administradores precarizava a alimentação dos índios, que por vezes ficavam sem o suprimento de carne diária prevista pelo governador para o sustento dos aldeados.

Outra característica marcada pela localização do aldeamento é que diferentemente da Aldeia dos Anjos, onde o contato entre brancos e índios era constante, em São Nicolau, a população era majoritariamente indígena. E assim permaneceu até sua extinção em 1860.

### 1.3 – Breve histórico do Aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos

As relações diplomáticas entre as Coroas Ibéricas permaneciam instáveis quando, em 1762, o exército espanhol armou um ataque à Colônia de Sacramento e o general espanhol Cevallos tinha pretensões de atacar Rio Pardo e Viamão. O temor das autoridades portuguesas de que os indígenas recém transmigrados se aliassem aos espanhóis ou fossem capturados por estes, fez com que a maioria dos índios de São Nicolau do Rio Pardo fosse estabelecida em um novo

---

<sup>45</sup> GARCIA, Elisa. Op. Cit., p. 129.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 82.

território mais distante da fronteira, ou seja, dos domínios espanhóis, e mais próximos da administração portuguesa, da residência do Governador. Em uma correspondência do Governador para o vice-rei, é possível perceber no que se baseava a instrução de Gomes Freire quanto à transferência dos índios:

*[...] porém logo que houve suspeita da guerra os mandou retirar o mesmo senhor (Gomes Freire de Andrade) daquela fronteira para o interior daquela Província, ou pelos não expor, ou por se não fiar da sua volubilidade; pois não predomina neles constância, por que o desprezo com que foram criados e com que os obrigaram a não estimar nada lhes faz perder o estímulo que é natural na mais gente, até o da própria honra que não conhecem<sup>47</sup>.*

Dessa forma, a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos foi fundada pelos portugueses como estratégia para assegurar seus novos súditos, os índios missioneiros, em seu território e domínio. Por parte dos indígenas, é também muito provável que tinham interesses ao optar pela mudança de localidade, o que pode ser entendido como uma ação planejada, uma estratégia.

Essas estratégias indígenas podem ser relacionadas com os privilégios cedidos às lideranças indígenas provenientes do povo de Santo Ângelo para ocuparem cargos administrativos na Aldeia dos Anjos. Elisa Garcia salientou que a explicação para o favorecimento dessas lideranças é a aliança criada desde o acampamento da comissão demarcadora de Gomes Freire em Santo Ângelo durante as negociações para a transmigração. Conforme descrito anteriormente, os indígenas conheciam os códigos de prestígio da sociedade colonial, o que deve ter facilitado na aproximação e negociação com os agentes coloniais. A política de concessão de privilégios proporcionava diversos níveis de lideranças e disputas por cargos de destaque ou de influência na tomada de decisões. Esses cargos não eram conquistados a troco de nada. Os índios que receberam as dádivas estavam em dívida com a administração colonial lusitana. As lideranças deveriam exercer controle sobre seus liderados, principalmente quanto aos trabalhos dos índios e evitar fugas da aldeia<sup>48</sup>. Esse controle só seria eficaz a partir de um consenso mínimo sobre a legitimidade dessa autoridade para manter a coesão da comunidade<sup>49</sup>. O reconhecimento de uma liderança pelos demais índios, conforme Wilde, se manifestava em situações de interações concreta, onde se articulava a tradição baseada no

---

<sup>47</sup> LANGER, Protásio Paulo. Op. Cit., p. 122.

<sup>48</sup> GARCIA, Elisa. Op Cit., p. 80-81.

<sup>49</sup> WILDE, Guillermo. *Hacia una perspectiva situacional em el análisis del liderazgo indígena. Reflexiones a partir de los "guaraníes históricos"*. In: WILDE & SCHAMBER. *HISTORIA, PODER Y DISCURSOS*. Buenos Aires: SB, 2005, p. 82.



carisma (oratória, destreza de guerra, generosidade) com o contexto (experiências do presente) e com as expectativas futuras<sup>50</sup>. A cooptação das lideranças foi uma importante estratégia para a política assimilacionista por parte dos portugueses, no entanto, se esse líder não representar os interesses de seus liderados, perde-se a unidade em comum e irão em busca de autonomia fora do espaço da aldeia.

Em 1769, José Marcelino de Figueiredo tornou-se Governador do Continente e iniciou a implementação efetiva das diretrizes do *Diretório* na Aldeia dos Anjos que até então tinham sido negligenciadas pelos governadores anteriores. Após as instruções iniciais sobre a administração do aldeamento, em 1770, a primeira medida na Aldeia dos Anjos foi a criação de um livro de matrícula dos seus 2.619 moradores. Na matrícula já constava o nome aporuguesado dos índios, caracterizando as intenções assimilacionistas da política de aldeamento. O primeiro a ser registrado no livro foi o cacique Narciso da Costa Flores, de nome indígena Poti, do povo de Santo Ângelo. As lideranças de Santo Ângelo pareceram monopolizar os principais cargos do aldeamento, como, por exemplo, quando Narciso da Costa Flores foi afastado do cargo de capitão-mor, em 1778, foi substituído por Barnabé Rodrigues, também procedente de Santo Ângelo<sup>51</sup>. Pelo ano da substituição, é possível que esse monopólio tenha perdurado até o desmantelamento da Aldeia dos Anjos.

O governo de José Marcelino de Figueiredo foi caracterizado pela constante tentativa de assimilação dos índios à sociedade colonial. Fábio Kuhn em artigo, no qual trata especificamente sobre as implicações do governo de José Marcelino na Aldeia dos Anjos, salienta que as instruções iniciais foram bem claras quantos às intenções assimilacionista<sup>52</sup>. A primeira instrução denominava-se “*sobre os ajustes e preços por que se deviam, índios e índias a quem os quisesse alugar*” (22.12.1769) que tratava de uniformizar os valores a serem pagos pelos moradores que utilizassem o trabalho indígena. Esse tipo de intervenção por parte da Coroa portuguesa visava controlar as atividades realizadas pelos indígenas fora da aldeia, assim como, prevenir que sejam maltratados e que, dessa forma, escolham viver fora do aldeamento. A outra instrução referia-se sobre a “*situação e governo dos índios de Nossa Senhora dos Anjos*” (29.12.1769). Nessa

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>51</sup> GARCIA, Elisa. Op Cit., p. 84-85.

<sup>52</sup> KUHN, Fábio. *O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)*. 3º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil, 2007.

salientou-se a regularização das práticas culturais indígenas, proibindo ou modificando atividades de seu cotidiano. O administrador da Aldeia deveria incentivar a plantação de fumo, algodão, mandioca e legumes, assim como, proporcionar o ensino de ler e escrever em português aos meninos. A substituição da língua nativa pelo português era uma diretriz fundamental do *Diretório*. Outra nova ordem regulatória foi a proibição de festas e danças, podendo só festejar as principais comemorações do ano, nunca em dia de trabalho. Além disso, o uso do tambor estava proibido em qualquer ocasião.

Baseando-se nessas instruções, uma escola para meninos indígenas foi criada em 1770, sendo transformada em internato no ano de 1776. Para as meninas, foi fundado um recolhimento no ano seguinte. As crianças ingressavam com seis anos de idade. As meninas passavam os dias entre orações e atividades voltadas para o aprendizado do trabalho doméstico como costura, fiação ou tecelagem. O recolhimento visava dois objetivos principais: saber a língua portuguesa e aprender todos os serviços domésticos necessários<sup>53</sup>. Elas não aprendiam a ler e a escrever. Já os meninos dedicavam-se quase que exclusivamente ao aprendizado da leitura e escrita em português, assim como, a rezar e a argumentar. As diferenciações existentes na educação oferecida para os gêneros condizem com os propósitos de inclusão dos indígenas na sociedade colonial. As índias aprendiam a ser “boas esposas” no recolhimento, tendo em vista os casamentos mistos previstos no *Diretório*. Além de aprenderem a ser donas de casa, no recolhimento já costuravam o seu enxoval à espera de uma proposta de casamento. O próprio Governador era quem se responsabilizava pela autorização do consórcio, conforme consta na documentação: *se alguma das meninas recolhidas for procurada para casar o comandante desta vila informando-se da capacidade do pretendente e da sua qualidade e posses informará com o seu parecer ao governador do continente para esperar sua resolução e para lhes assinalar seu dote e enxoval*. O homem que desposasse uma índia receberia terras, ferramentas para o plantio, dote e preferência na ocupação de cargos nobres, sendo necessário provar ser um homem *de bom procedimento e de sangue limpo*.

Os meninos índios que eram letrados também eram formados para ocuparem no futuro cargos administrativos, principalmente os filhos da elite indígena. Tudo isso estava de acordo com o projeto de transformação e assimilação dos índios transmigrados em súditos como os

---

<sup>53</sup> GARCIA, Elisa. Op Cit., p. 100.

demais colonos. Porém, conforme os relatos da época, a comunicação unicamente através do português era praticamente impossível, visto que os mais velhos não se expressavam nesse idioma. Possivelmente esse esforço nas políticas de homogeneização produziu um efeito contrário, reafirmando as fronteiras étnicas através da oposição entre língua nativa versus língua civilizada.<sup>54</sup>

Após a saída de José Marcelino de Figueiredo do governo em 1780, a população da aldeia diminuiu consideravelmente. O esvaziamento do aldeamento e a promulgação da carta régia de 1798, a qual pretendia extinguir o *Diretório*, foram os principais motivos para a alienação dos bens da aldeia a partir de 1800<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 105-106.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 109-110.

## **CAPÍTULO 2 - Vivendo em São Nicolau do Rio Pardo e em Nossa Senhora dos Anjos: Trabalho, autonomia e disputas pela posse da terra.**

Os aldeamentos de São Nicolau do Rio Pardo e de Nossa Senhora dos Anjos tiveram início durante o mesmo contexto histórico, mas as situações vividas pelos indígenas nesses espaços foram diferentes devido a diversos fatores. A partir da comparação sobre quais atividades laborais foram realizadas pelos aldeados, quais disputas de interesses existiam entre os diferentes grupos sociais envolvidos nesse contexto e, por fim, quais as características da localização de cada aldeamento, procurarei responder as questões relacionadas à manutenção e ao desmantelamento dos mesmos.

2.1 Governo de José Marcelino de Figueiredo: regularização da mão-de-obra dos índios aldeados.

Os indígenas aldeados, além de terem suas próprias roças para prover seus alimentos, também exerceram atividades prestadas à Coroa portuguesa e trabalhos temporários para particulares. Na Aldeia dos Anjos, o trabalho dos índios estava regulamentado pelas instruções dadas pelo Governador José Marcelino. Já citada anteriormente, a instrução denominada “*sobre os ajustes e preços por que se deviam, índios e índias a quem os quisesse alugar*” uniformizava os valores das diferentes atividades em que os índios eram empregados por particulares. O governador que antecedeu José Marcelino, José Custódio de Sá e Faria, não havia explicitado nenhum valor e deixou para o diretor do aldeamento tomar a decisão. A partir da regulamentação de José Marcelino de Figueiredo em 1769:

*um índio domador deveria receber 3\$600 réis mensais; um índio para conduzir carretas, roçar ou ser utilizado como peão, 3\$000, o mesmo valor que seria percebido por uma ama de leite; uma índia para servir, 1\$800 e um rapaz, possivelmente para serviços gerais, 1\$500. A única exceção seriam aqueles indígenas que fossem oficiais de carpinteiro, que poderiam ajustar livremente seus salários<sup>56</sup>.*

---

<sup>56</sup> KUHN, Fábio. Op. Cit., p. 3.

Além dos valores fixados, o Governador frisava que o tempo de trabalho dedicado ao mesmo morador era de no máximo um ano, advertindo que era proibido maltratar os indígenas, podendo ser penalizado com castigo aquele que os mantivessem como escravos. A disciplina no trabalho era percebida como uma forma produtiva de manter os indígenas em seu “devido lugar”, ou seja, nos limites da aldeia. Seria uma alternativa para acabar com a vadiagem, as desordens e os furtos que indígenas dispersos pelo Continente eram acusados. Em 16 de dezembro de 1769, José Marcelino de Figueiredo escreveu em seu primeiro bando que *se vê esse continente, com tanto prejuízo dos moradores dele, infestado de ladrões facinorosos matadores, desertores e índios dispersos por todas as partes*<sup>57</sup> e, assim, ordenava que moradores, oficiais de milícias e auxiliares cooperassem na captura e prisão desses *semelhantes homens vagabundos*.

A fim de conhecer melhor a administração da Aldeia dos Anjos, apresento algumas informações do administrador do aldeamento. O capitão Antônio Pinto Carneiro foi escolhido por Gomes Freire para cuidar da administração dos índios aldeados quando este partiu para o Rio de Janeiro em 1759. Pinto Carneiro era um homem de confiança, pois acompanhou todo o processo das tentativas de demarcação, estabelecendo contato com os índios missioneiros desde então. Ele estava presente quando os índios foram para Rio Pardo e sucessivamente para a Aldeia dos Anjos, onde se estabeleceu como administrador da aldeia. Ele deveria fiscalizar os alugueis dos trabalhos exercidos pelos índios. A conduta do capitão Antônio Pinto Carneiro foi questionada por alguns observadores da época, como foi o caso de Francisco José da Rocha que denunciou ao vice-rei Lavradio a utilização do serviço indígena para fins particulares. Algumas dessas atividades denunciadas eram empregar os índios como capatazes e peões em sua fazenda, fazer correrias de gado nas terras de Espanha. No entanto, os próprios indígenas não reclamaram da administração do capitão, o que pode ser explicado pelo vínculo estreito entre o administrador e os aldeados ou porque os indígenas tinham interesses em realizar tais tarefas.

Outro tipo de atividade bastante comum entre os aldeados era o alistamento nas tropas auxiliares. Diferentemente da tropa de linha que tinha um caráter permanente e era composta por profissionais remunerados, a tropa auxiliar era um serviço obrigatório não remunerado composta por civis e englobava o restante da população. A tropa auxiliar dividia-se em milícias e ordenanças, sendo nessa última categoria que os indígenas se enquadravam. As companhias de

---

<sup>57</sup> LANGER, Protásio Paulo. Op. Cit., p. 152.

ordenanças eram compostas pelo restante da população que estava apta para o serviço militar e não podiam ser enviadas para um local distante de suas residências. Em 1774, foram criadas seis companhias de ordenanças, tanto de infantaria quanto de cavalaria, na Aldeia dos Anjos. Tratava-se novamente de uma intervenção do Governador da Província, José Marcelino de Figueiredo, que visava a eliminação dos roubos e desordens. A captura de treze desertores da Cavalaria de Voluntários de São Paulo pelos índios aldeados das tropas auxiliares renderam elogios por parte do Governador. Esse tipo de atuação não era uma novidade para os índios que advinham das Missões. Excepcionalmente na América espanhola, os jesuítas armaram os indígenas missioneiros para protegerem o território das investidas lusitanas ou de índios infiéis.

Quanto à Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, a mão-de-obra indígena assumiu outro papel se comparada à Aldeia dos Anjos. Se por um lado, a aldeia localizava-se distante do núcleo populacional da sede do Governo e das principais freguesias, por outro, estava próxima às estâncias e aos ervais das Missões, o que possibilitou uma continuidade dos trabalhos que os indígenas efetuavam em seus antigos *pueblos*. Se na Aldeia dos Anjos, os colonos utilizavam o trabalho indígena freqüentemente, em São Nicolau, a contribuição da mão-de-obra indígena para a economia da Coroa portuguesa se baseava na extração e comercialização da erva-mate e nas correrias de gado<sup>58</sup>.

A política do Governador José Marcelino de Figueiredo que se preocupava em manter os aldeados ocupados, trabalhando e produzindo, também se fez sentir na Aldeia de São Nicolau. O monopólio da colheita, plantio e comercialização da erva-mate concedido aos índios de São Nicolau pelo Governador representou, para a Coroa portuguesa, a garantia de uma mão-de-obra indígena comprometida com a economia local, visto que o comércio de erva-mate era intenso na região platina. E quanto aos índios aldeados, o que significou tal medida? A resposta a essa questão está no vínculo com o passado missioneiro através da manutenção de suas terras e na preocupação quanto à possibilidade de sustento no futuro. Guillermo Wilde escreveu sobre o comércio de erva-mate que os índios exerciam ainda em seus *pueblos* das Missões:

*(...) participaban ampliamente en el comercio de diversos productos en toda la región del Río de la Plata, en particular la yerba mate y los cueros. En estas actividades económicas debe destacarse, especialmente en el siglo XVIII, el rol jugado por las*

---

<sup>58</sup> Na dissertação de Karina Melo consta um subcapítulo que trata sobre o trabalho dos índios de São Nicolau com a erva-mate.

*inmensas estancias que facilitaron una importante expansión territorial y demográfica*<sup>59</sup>.

Retomando as negociações durante o período de demarcação do Tratado de Madri, Gomes Freire soube negociar com os indígenas ao pronunciar que se fossem com os lusitanos poderiam permanecer próximos às suas estâncias e ervais. A intervenção do Governador condiz com o que os indígenas almejavam e, dessa forma, eles teriam motivos para permanecerem no aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo. Ao mesmo tempo que se constituiu como uma ação que visava a aplicação do *Directório* no aldeamento e conseqüente permanência e assimilação dos aldeados à sociedade colonial lusitana, também foi resultado da postura assumida por esses indígenas que conquistaram o direito de continuarem a trabalhar em suas terras.

As experiências vividas pelos índios de São Nicolau podem ser explicadas pelo *processo de territorialização*<sup>60</sup>, ou seja, eles se apropriaram desse novo espaço através de uma reorganização social, política e econômica, onde também possibilitava uma reelaboração do seu passado. O exemplo desse processo é o caso de uma reivindicação ocorrida no século XIX, quando a disputa pela comercialização da erva-mate se intensificou. Através de um requerimento produzido pelo capitão da aldeia na primeira metade do século XIX, nota-se a preocupação dos índios em manterem-se vinculados às suas atividades nos ervais, resgatando sua condição de aldeados contribuintes no comércio da erva-mate e, por conseguinte, terem os meios de garantirem sua autonomia e sustento<sup>61</sup>.

A partir dessas informações a respeito dos trabalhos que os índios eram solicitados a realizar, são perceptíveis as diferenças entre os aldeamentos de São Nicolau do Rio Pardo e Nossa Senhora dos Anjos. Tais dissidências estão relacionadas com a localização de cada aldeia, o que implica na mediação da Coroa através do Governador da província e nos interesses dos particulares que viviam nas proximidades das aldeias.

---

<sup>59</sup> WILDE, G. Op Cit., p. 85.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos «índios misturados»? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. MANA 4 (1): 1998, pp. 47-77.

<sup>61</sup> Em 1823, o capitão da aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, Miguel Guaraci, foi à Rio Pardo encaminhar um requerimento, no qual solicitava o mantimento do privilégio da extração da erva-mate. No documento, ele relembra que havia mais de cinquenta anos que esse monopólio havia sido concedido pelo governador José Marcelino e o quanto era necessário para o sustento dos aldeados. Ver o subcapítulo da dissertação de Karina Melo intitulado Erva-mate.

## 2.2 - Disputas de interesses: colonos, funcionários da Coroa e índios.

A regularização do trabalho indígena feita pelo governador José Marcelino de Figueiredo foi necessária para a aplicação das diretrizes do *Diretório* nos aldeamentos e para equilibrar os interesses que os colonos tinham tanto na mão-de-obra disponível, quanto nas terras ocupadas pelos índios, com os interesses da Coroa em integrar esses índios como súditos iguais aos demais na sociedade colonial. Procurando comparar os conflitos envolvendo esses diferentes projetos, a fim de evidenciar como os índios se perceberam nesse jogo, os relatos de colonos contrários à política de aldeamento podem auxiliar nas questões referentes à manutenção desses espaços.

Os casos de disputa por terra entre os diversos grupos sociais foram constantes durante a existência da Aldeia dos Anjos. O caso mais relatado na bibliografia existente é o do estancieiro Bernardo José Pereira de Viamão<sup>62</sup> que redigiu uma carta acusando os índios da Aldeia dos Anjos de serem os responsáveis pela *destruição das fazendas daquele continente por seus princípios* e ainda dava a dica *do lugar para onde poderiam comodamente ser mudados*. Os aldeados recebiam um suprimento de carne diária concedida pela Fazenda Real, o que deve ter sido negociado durante o processo de transmigração. Porém, os índios da Aldeia dos Anjos estavam localizados nas proximidades das estâncias da aristocracia sul-riograndense, ou seja, a elite criadora de gado que não avaliava o sustento dos indígenas por parte da Coroa de forma positiva. Bernardo José Pereira relatou primeiramente a miséria e ociosidade que os aldeados se encontravam e *que em tanta necessidade só lhes fica o asilo da ração de carne distribuída por Sua Majestade; ou o de roubar nas vizinhanças, nem tem havido castigos que evite os roubos dos membros desta República, inclinados ou por natureza ou por necessidade aos vícios*. Ao afirmar que o sustento da carne era o seu único mantimento e, mesmo assim, aconteciam roubos de gado a diversas fazendas, o estancieiro julgou o comportamento indígena como não sendo confiável. O raciocínio do estancieiro segue afirmando que os indígenas eram improdutivos naquela aldeia e *que passados são doze anos em que se tem consumido mais um mil vacas com*

---

<sup>62</sup> Carta de Bernardo José Pereira, sem lugar, data, nem destinatário, com informações acerca dos índios guaranis do Rio Grande do Sul (BNRJ – 7, 3, 48).



*aqueles povos sem que destes até agora tenhamos comprado um queijo ou uma libra de manteiga como fábrica.* A resolução para esse problema não seria somente retirar a ração de carne diária, mas a saída dos índios das cercanias dos Campos de Viamão e acampá-los em *Garoupas*, Santa Catarina. O estancieiro ainda redigiu como convencer os índios a se retirarem, alegando-lhes *que se lhes acabam os gados e as rações de carne que ficarão em pior estado; em que vem chegando o tempo de também se lhes acabar o vestuário dado por Sua Majestade.* E finalmente, o alvo de negociações seriam as lideranças indígenas, ao afirmar que *para facilitar-lhes esta partida voluntária: primeiro que tudo persuadir os caciques: esta Excelentíssimo Senhor é a mais dificultosa empresa.*

O conteúdo da carta do estancieiro remete aos conflitos existentes naquela região. Os colonos possuíam uma perspectiva diferente das diretrizes do *Diretório* e acreditavam que os índios deveriam produzir e gerar riquezas ao Império como qualquer súdito. Outro discurso contrário à política aplicada na Aldeia dos Anjos foi produzido por Francisco Bettamio que havia ocupado o cargo de escrivão da Junta da Fazenda Real e redigiu *Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul* em 1780. Nesse texto ele relata o que poderia ser realizado para a melhoria das freguesias do Continente e propõe mudanças principalmente na educação dos indígenas da Aldeia dos Anjos. Nas palavras do autor, a escola existente na aldeia seria mais bem aproveitada por crianças brancas se fosse transferida para Porto Alegre. Quanto aos índios, o ensino de trabalhos mecânicos seria muito mais vantajoso do que estudos que aprimorasse o intelecto<sup>63</sup>. Esse discurso vai de encontro ao projeto civilizacional pombalino, o qual o letramento em português era essencial.

Após os relatos de colonos críticos à política de aldeamento no Continente de São Pedro, torna-se evidente que a localização dos índios aldeados na Aldeia dos Anjos era alvo de disputas. Em São Nicolau do Rio Pardo há poucos relatos dessa natureza. Porém, há um digno de menção expedido pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, o qual propunha a fusão das duas aldeias na dos Anjos. O argumento para essa proposta estava na preocupação do pouco avanço de assimilação à sociedade colonial lusitana apresentado pelos indígenas de São Nicolau. Isso também reduziria os gastos da Fazenda Real com os índios vivendo juntos<sup>64</sup>. Esse tipo de argumento preocupado com a assimilação dos índios pode ter sido usado como pretérito de

---

<sup>63</sup> GARCIA, Elisa. Op. Cit., p. 94-95.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 132.

convencimento das autoridades e conseqüente deslocamento dos índios de São Nicolau do Rio Pardo. No entanto, o debate sobre as condições de civilidade dos nativos era de importância na época e continuava sendo até o final do século XIX, evidenciando as dificuldades no projeto assimilacionista, conforme consta na parte intitulada “catequese” do “Ementário”:

*Nesta província nem antes nem depois de ser elevado a Bispo se tem cuidado da Catequese dos indígenas com grande interesse; e por isso as Leis evangélicas não tem iluminado os filhos das selvas, que continuaram a servir sem instrução nem educação, habitando as florestas, e na maior ignorância; quando se podiam tornar úteis ao estado se os civilizassem.*

Os testemunhos do estancieiro ou dos visitantes do Continente de São Pedro evidenciam que não existia um consenso a respeito das políticas direcionadas aos índios aldeados. A preocupação dos colonos em relação às despesas da Fazenda Real com os novos súditos é dominante em todos esses discursos, tendo uma significância mais particular o do morador de Viamão, Bernardo José Pereira. Esse estancieiro citou os *caciques* como pessoas difíceis de persuadir, no entanto, a Aldeia dos Anjos inicia um processo de declínio demográfico após a saída de José Marcelino de Figueiredo do governo em 1780. A população de índios na aldeia era de 2.563 em 1780 e decresceu para 801 em 1784<sup>65</sup>. Quais foram os motivos para os índios se retirarem desse território?

O relato do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa prioriza a mudança dos aldeados de São Nicolau para a Aldeia dos Anjos em prol de um maior avanço na assimilação dos novos súditos à sociedade colonial. Essa assimilação possivelmente está vinculada à mão-de-obra concentrada e disponível próxima às freguesias de Viamão e Porto Alegre. Porém, o relatório do vice-rei data de 1784, quando grande parte da população indígena da Aldeia dos Anjos já havia deixado o aldeamento. A explicação para o esvaziamento da Aldeia dos Anjos está nas condições de permanência desses índios aldeados, o que perpassa a utilização da mão-de-obra pelos colonos, as limitações de mobilidade espacial e possíveis disputas entre lideranças. O esforço de José Marcelino de Figueiredo em normatizar a vida em aldeamento, garantia uma regularização do trabalho indígena, o que acirrava os conflitos com os estancieiros. No entanto, a vida regrada também não ganhou adesão da maioria da população indígena, o que ocasionou a dispersão desse grupo pelo Continente. Tal dispersão também pode ter sido causada por desentendimentos

---

<sup>65</sup> LANGER, Protásio Paulo. *Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guarani-missioneiros*. In: CAMARGO, F.; GUTFRIEND, I. & REICHEL, H. (org.) *História geral do Rio Grande do Sul*. Vol. I – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.145.

internos no aldeamento, já que uma parcela das lideranças indígenas monopolizava os principais cargos do aldeamento.

Os indígenas aldeados tiveram que saber negociar com as autoridades coloniais para manterem certos privilégios e garantias de sustento. O aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo talvez tenha proporcionado mais possibilidades de autonomia para os aldeados, em contraponto à Aldeia dos Anjos, onde os privilégios se restringiam a um grupo e ainda sofriam pressões dos colonos. A localização de São Nicolau do Rio Pardo pode ter sido o fator para a manutenção de uma população majoritariamente indígena nesse espaço.

### 2.3 Possibilidades de coesão social e identidade étnica

Quando as transmigrações dos índios missioneiros em direção ao aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo tiveram início, em 1757, o processo de formação do aldeamento careceu de um suporte efetivo por parte da administração colonial, deixando os índios em uma situação precária inicialmente. Na formação da Aldeia dos Anjos, o que ocorreu não foi diferente. De acordo com a bibliografia existente, somente a partir de 1769, com José Marcelino como Governador da Província, é que foram realizadas intervenções de caráter normativo nos aldeamentos. No entanto, as ações políticas e econômicas da administração colonial obtiveram mais rigor no aldeamento que se localizava nas cercanias da sede do Governo. Após a saída de José Marcelino do governo, apesar de seus esforços, a Aldeia dos Anjos sofreu uma queda populacional impressionante, o que acabou pelo seu desmantelamento. Já o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo, que teve a maioria de sua população transferida para a formação da Aldeia dos Anjos, se manteve como um território indígena até a segunda metade do século XIX. Qual foi o diferencial de São Nicolau que proporcionou essa longa duração? Procurarei responder a essa questão a partir da perspectiva dos indígenas e de como eles se apropriaram desse espaço.

A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo encontrava-se nos limites dos domínios das Coroas Ibéricas. Tratava-se de um local de fronteira que estava nas proximidades das terras dos *pueblos*

das Missões, com suas estâncias e ervais. Esses índios, que nesse momento escolheram viver como súditos do Rei de Portugal, estavam familiarizados às correrias de gado e à colheita de erva-mate. Viver na fronteira também proporcionava uma mobilidade espacial aumentada<sup>66</sup>, ou seja, o espaço da aldeia de São Nicolau servia para receber os índios que chegavam ao Continente de São Pedro oriundos das Missões e para acolher índios que vinham, por exemplo, da Aldeia dos Anjos para fazer correria de gado nas estâncias<sup>67</sup>. O sentido de fronteira aqui empregado parte de uma noção denominada de *complexo fronteiriço*<sup>68</sup>, o que significa ser um espaço de várias fronteiras, pois é compreendido e vivenciado por diferentes grupos sociais, onde desencadeia processos imprevistos. Nesse novo contexto, as possibilidades de ação indígena se transformam. Se anteriormente, em seus *pueblos*, eles guerreavam contra os ataques dos lusitanos, nesse momento, como novos súditos dos portugueses, eles deveriam viver segundo a política de aldeamento. A localização de São Nicolau do Rio Pardo possibilitava aos índios ali instalados uma maior autonomia e vínculo com seu passado missioneiro, onde ainda havia muitos parentes. Além dessas possibilidades, a fronteira também proporcionava estratégias aos índios para se beneficiarem na disputa que se dava entre espanhóis e lusitanos. Disputas essas que estavam centralizadas no domínio de terra e na aquisição de gado. A fim de compreender essas ressignificações do espaço, cito Guillaume Boccara:

*Al igual que los colonizadores, los indígenas demostraron una gran capacidad de creación. De guerreros temibles se transformaron en hábiles comerciantes y negociadores. Su resistencia armada y el mantenimiento de su autonomía les permitió embarcarse en una exitosa reconversión económica y política. Y de hecho, es gracias a su inserción en los nuevos circuitos comerciales, vía la ampliación de su control territorial y su participación en las negociaciones políticas en las cuales se aprovechaban de las tensiones internas de la sociedad colonial-fronteriza y de las rivalidades entre potencias coloniales que estas poblaciones lograron escapar a la dominación, la explotación y la sujeción.*<sup>69</sup>

A Aldeia dos Anjos diferenciava-se de São Nicolau, pois se transformou em um território regrado com limitações bastante definidas pelo Governador José Marcelino, pelos serviços prestados aos moradores das freguesias e pela elite indígena detentora do monopólio do poder.

---

<sup>66</sup> MELO, Karina Moreira da Silva. Op. Cit., p. 50.

<sup>67</sup> GARCIA, Elisa. Op. Cit., p. 133.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, João Pacheco. Op. Cit., p. 54-61.

<sup>69</sup> BOCCARA, Guillaume. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. Revista Memória Americana, nº 13, 2005.

Esses fatores podem ter contribuído na dificuldade desses índios ali instalados em manterem uma certa identidade étnica. Para Boccara, a manutenção de uma identidade é produto de negociações e reformulações entre a definição interna de um grupo e a categorização externa<sup>70</sup>. É como se os indígenas reelaborassem nos diferentes contextos as suas identidades, buscando se autodefinirem enquanto índios em oposição a visão de mundo dominante, ocidental. O esforço da Coroa lusitana em sujeitar os índios ao gosto pelo trabalho e pelo ensino (língua portuguesa) exerceram pressão negativa na reelaboração étnica dos aldeados. A proibição do uso do tambor e os momentos de danças e festas serem rigorosamente controlados, segundo as instruções do Governador aplicadas para a Aldeia dos Anjos, são exemplos dos desafios que os aldeados enfrentavam para manterem sua identidade. Os índios oriundos das Missões obtinham grande familiaridade e apreço pela música, o que foi relatado pelo viajante Nicolau Dreys nas primeiras décadas do século XIX, ao descrever que *os índios das Missões têm disposição inata para a música e é rara no país uma missa que não seja cantada, mormente nos domingos; (...) Os índios das Missões parecem ter herdado essa propensão filarmônica dos seus antepassados instruídos pelos jesuítas*<sup>71</sup>.

Por fim, em São Nicolau do Rio Pardo a identidade étnica dos aldeados se manteve a partir da combinação do vínculo com o passado missioneiro e da reelaboração de novas relações sociais, no caso, com os lusitanos. Além dos trabalhos nos ervais tradicionais, eles mantiveram sua religiosidade cristã advinda das Missões, a qual era valorizada pelas autoridades como um exemplo de civilidade. O valor que os índios davam à religião cristã não se baseava somente em causar admiração para as autoridades, pois eles assumiram as suas práticas religiosas logo que se estabeleceram no aldeamento conforme é averiguado no relato do Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes:

*A uma légua distante da Matriz de Rio Pardo arrancharam-se uma povoação de índios guaranys extraviados dos 7 povos das Missões, e mais tarde agregaram-se outros. Já com grande número edificaram em 1760 uma Capelinha à São Nicolau, e nela faziam seus terços e mais atos de devoção.*<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> BOCCARA, Guillaume. Op. Cit., p. 90-91.

<sup>71</sup> PROTÁSIO, Paulo Langer. Op. Cit., p. 147.

<sup>72</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. DIAS LOPES, Vicente Zeferino. “Comentários Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737”. Cópia datilografada. Original: 1891. Caixa D, nº 10, p. 138.

A reforma e a apropriação da igreja de São Nicolau pelos índios perpassou até o século XIX, o que pode ser evidenciado nas solicitações de preservação na exclusividade da comercialização da erva-mate, pois o sustento era necessário para a reforma e mantimento da igreja<sup>73</sup>. O reconhecimento dos índios por eles próprios como uma comunidade que possuía uma identidade étnica foi possibilitada no aldeamento de São Nicolau por meio de seu trabalho coletivo, tradições religiosas e autonomia proporcionadas por viver na fronteira dos Impérios Ibéricos. Para finalizar, cito Karina Melo sobre a religiosidade dos aldeados:

*A celebração simbolizava condições de coesão social, pressupunha criatividade e certa identificação comunitária, neste caso, étnica e política (guaranis aldeados). (...) Tratava-se de índios cristãos, e justamente por possuírem uma identidade étnica e outra religiosa gozavam de certos privilégios políticos. A posse do território da aldeia lhes era garantida pelo fato de serem índios, mas ela foi muitas vezes mantida pelo fato de serem cristãos<sup>74</sup>.*

---

<sup>73</sup> MELO, Karina. Op. Cit., p. 91-92.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 94.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar os motivos do aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo ter perdurado por mais de um século, analisando o envolvimento dos indígenas no processo e comparando com outro aldeamento, a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos. O contexto de formação desses aldeamentos estava diretamente relacionado com transformações identitárias vivenciadas pelos índios missioneiros decorrentes dos acontecimentos que sucederam o Tratado de Madri. O redirecionamento das relações proporcionaram novas alianças para essa parcela da comunidade indígena que optou por aliar-se às estratégias de povoamento dos lusitanos no Continente de São Pedro. Apesar da adoção de uma política de oferecimento de signos de prestígio pelos portugueses, essa reconfiguração das identidades partiu da vontade dos índios em buscar novas possibilidades que garantissem sua segurança e sobrevivência, mesmo que em alguns momentos possam ter se arrependido.

Após a transmigração dos primeiros grupos, a formação dos aldeamentos foi imediata, apesar das dificuldades de sustento enfrentadas pelos índios por causa do defasado comprometimento das autoridades coloniais nesse período inicial. A análise comparativa dos dois aldeamentos propicia elencar fatores que objetivaram e modelaram as vivências indígenas nesses espaços e, assim, se aproximar das motivações e desaprovações desse grupo social que influenciaram em suas escolhas de permanecer ou não nos limites dos aldeamentos. Os fatores analisados foram: o trabalho indígena realizado para seu sustento e empregados por particulares, as disputas de interesses entre colonos, funcionários da Coroa e índios e, por fim, as possibilidades de coesão social e identidade étnica dos aldeados.

Na Aldeia dos Anjos, o trabalho indígena foi muito cobiçado pelos colonos, principalmente por causa da localização do aldeamento que se encontrava próximo às principais freguesias do Continente, Viamão e Porto Alegre. Além da proximidade com os núcleos populacionais, também estava próximo à sede do governo o que facilitou a regularização desse aldeamento pelo principal articulador dessas medidas, José Marcelino de Figueiredo, o qual teve

uma casa na Aldeia dos Anjos. Apesar do acesso à mão-de-obra indígena pelos colonos e estancieiros da região, muitos se posicionaram contrários ao estabelecimento dos índios nesse território. Tratava-se das disputas pela terra, baseadas em ideias perjurativas concebidas pela aristocracia sul-riograndense a respeito dos indígenas. Além das pressões externas enfrentadas pelos índios da Aldeia dos Anjos, tinham as disputas internas pelos cargos de prestígio e de influência. Esses cargos foram monopolizados por um grupo oriundo do povo de Santo Ângelo, cooperando na desarticulação dos índios desse aldeamento. As possibilidades da identidade étnica do grupo nesse espaço foram limitando-se por esses fatores, resultando no decréscimo populacional entre 1780-1784 e na alienação dos bens do aldeamento a partir de 1800.

A análise dos mesmos fatores no aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo conduziu a outras respostas elaboradas pelos indígenas. O território desse aldeamento estava localizado na fronteira dos domínios hispânicos e lusitanos, próximo à fronteira das estâncias das reduções orientais. Essa característica facilitava na autonomia e na mobilidade espacial dos aldeados. As regularizações do governador José Marcelino não se fizeram sentir diretamente nesse espaço por causa da distância da administração colonial. Já a proximidade de seus antigos territórios possibilitou a continuação do trabalho nos ervais e na lida com o gado, o que resultou no processo de territorialização, ou seja, a apropriação desse novo espaço pelos aldeados através de uma reorganização social, política e econômica que vinculava o passado. Além de acionarem seus direitos privilegiados do monopólio da extração e do comércio da erva-mate quando se sentiam ameaçados, os índios desse aldeamento utilizavam signos cristãos, como a preocupação com a reforma da igreja, para terem atendidos os seus pedidos dirigidos às autoridades, o que também caracterizava o vínculo com o passado missionário. A possibilidade de uma identificação étnica foi de maior amplitude quando comparada à Aldeia dos Anjos. Era uma identidade múltipla, fluída, que se transformava conforme os contextos, mas que se baseava na reafirmação de ser índio em oposição à perspectiva ocidental de tendência homogeneizadora.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias

Carta de Bernardo José Pereira, sem lugar, data, nem destinatário, com informações acerca dos índios guaranis do Rio Grande do Sul (BNRJ – 7, 3, 48).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. DIAS LOPES, Vicente Zeferino. “Comentários Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro do Sul desde 1737”. Cópia datilografada. Original: 1891. Caixa D, nº 10.

Legajo 7405, documento 71: Quartel General de San Borxa. Año de 1759. Secretaria de Estado. Archivo General de Simancas (Valladolid – Espanha).

### Bibliografias

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os índios aldeados: histórias e identidades em construção*. Rio de Janeiro: TEMPO, v.6, n.12, julho, 2001. n.12, p. 51-71.

BOCCARA, Guillaume. *Fronteras, mestizaje y etnogénesis en las Américas*. In: MANDRINI, Raul J. & PAZ, Carlos D. *Lãs fronteras hispanocriollas Del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII- XIX: Um estudio comparativo*. Tandil/IEHS, 2003.

\_\_\_\_\_. *Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel*. Revista Memória Americana, nº 13, 2005.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1981.

GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e política indigenista no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

\_\_\_\_\_. *De inimigos a aliados: como parte dos missioneiros repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madri*, Anais de História de Além-mar, vol. VIII, Lisboa, 2007, p. 123-137.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

\_\_\_\_\_. *O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)*. 3º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil, 2007.

LANGER, Protásio Paulo. *Os guarani-missioneiros e o colonialismo luso no Brasil meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750 – 1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

\_\_\_\_\_. *Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guarani-missioneiros*. In: CAMARGO, F.; GUTFRIEND, I. & REICHEL, H. (org.) *História geral do Rio Grande do Sul*. Vol. I – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

MELO, Karina Moreira da Silva. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (século XVIII-XIX)*. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os indígenas na Província de São Pedro: entre práticas e discursos*, in *Anos 90*, Porto Alegre, V. 19, n. 34, p. 245-278, dezembro 2011.

MONTEIRO, John. *Armas e Armadilhas*, NOVAES Aduino, (coord.), *A Outra Margem do Ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999: 237– 249.

\_\_\_\_\_. *Alforrias, Litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo*. **Revista de História**, São Paulo. nº.120, p.45-57, jan./jul. 1989.

NEUMANN, Eduardo Santos. *A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII*. In: *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757*, *Revista Complutense de História da América*. Madri: Editorial Complutense, 2000, n. 26, p. 73-92.

\_\_\_\_\_. *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos «índios misturados»? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. MANA: 1998.

SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. 2008. 207f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MOYSÉS, Vélinho. *Fronteira*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

WACHTEL, Nathan. “Os índios e a conquista espanhola”. In: BETHELL, Leslie (ed). *História da América Latina Vol I*. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997. p. 195-239.

WILDE, Guillermo. *Hacia una perspectiva situacional em el análisis del liderazgo indígena. Reflexiones a partir de los “guaraníes históricos”*. In: WILDE & SCHAMBER. *HISTORIA, PODER Y DISCURSOS*. Buenos Aires: SB, 2005.

\_\_\_\_\_. *Prestigio indígena y nobleza peninsular: La invención de linajes guaraníes en las misiones del Paraguay*. In: **Jahrbuch für geschichte lateinamerikas**, n. 43, pp. 119-146, 2006.